

Editorial

Motrivivência Ano XVI, Nº 22, P. 11-17 Jun./2004

SOBRE A PERTINÊNCIA DO TEMA MEIO AMBIENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTE E LAZER



É da natureza do capital não reconhecer qualquer medida de restrição, não incorporando o peso das implicações materiais dos obstáculos a enfrentar, nem a urgência relativa (chegando à emergência extrema) em relação a sua escala temporal. A própria restrição é sinônimo de crise no quadro conceitual do sistema do capital. A degradação da natureza ou a dor da devastação social não têm qualquer significado para

seu sistema de controle sócio-metabólico, em relação ao imperativo absoluto de sua auto-reprodução numa escala cada vez maior. É por isto que durante o seu desenvolvimento histórico se excedeu o capital em todos os planos – incluído seu relacionamento com as condições básicas da reprodução sociometabólica -, mas estava destinado a fazê-lo cedo ou tarde (Mézaros, 2002: 253)¹.

Durante toda sua existência, Motrivivência vem buscando contribuir para com o debate interdisciplinar, trazendo à tona questões polêmicas que extrapolam a perspectiva de mero temas da moda. Neste sentido, trás para re-

flexão da comunidade acadêmica problemas sociais de natureza universal, como por exemplo, temáticas interdisciplinares afetas às questões de classe, gênero, raça/etnia, cultura, geração e outras. Estes temas e outros se constituem em problemas

¹

de investigação universais que dizem respeito às práticas sociais ligadas à cultura corporal e de movimento no campo acadêmico da Educação, Física, Esportes e Lazer.

Neste número, está em apreço o tema *Educação Física, Esportes, Lazer e Meio Ambiente*. Acreditamos ser de evidente pertinência trazê-lo à baila, uma vez que, até então, não havíamos dedicado uma edição específica a respeito. O que publicamos até agora foram alguns poucos textos nas seções Artigo, Porta Aberta e Cientifique-se.² Assim, havia uma lacuna na produção científica veiculada nesta revista. No entanto, uma edição da Revista Brasileira de Ciências do Esporte (Volume 18 – Número 2 – Janeiro/1997)³ tematizou o meio ambiente e teve seu editorial intitulado *Os estudos sobre o lazer e o meio ambiente na agenda da globalização*.

Colocar o meio ambiente como epicentro desta edição também se justifica, considerando que o tema é de suma contemporaneidade, em razão da crescen-

te e inegável destruição do patrimônio ecológico. Além disso, essa questão está presente na agenda dos debates acadêmicos no Brasil e no exterior, apesar de ter sido tomada também como um modismo e produto *ecologicamente correto*, enfim, transformado, como tudo no capitalismo, numa mercadoria geradora de valor de troca. Alguns discursos acadêmicos em prol da ecologia têm ressaltado a importância do desenvolvimento ambiental e socialmente sustentado, embora haja, também, teorias mais críticas e até profecias catastróficas que alarmam quanto à destruição total do planeta, além dos discursos românticos de preservação da natureza, sobretudo, a partir das chamadas práticas alternativas, do ecoturismo e dos esportes de aventura (Ouriques, 1998: 26-27)⁴.

A relevância do tema desta edição se justifica exatamente em razão da necessidade de superação, de pensarmos para além tanto dos discursos românticos quanto dos catastrofistas sobre o meio ambien-

te, a partir da relação dialética homem-espaco-natureza. Neste sentido, convém ressaltar a relação da ecologia com a pobreza das populações das periferias das grandes cidades e do campo, com a fome, o desemprego, o subemprego, a desnutrição, a exploração do trabalho infanto-juvenil urbano-rural, as crianças criadas nos lixões. Assim, esta edição apresenta uma diversidade epistemológica de abordagens sobre o meio ambiente, em que ressaltamos as concepções ambientalistas que trazem em seu bojo a crítica à lógica e ao *ethos* do capital. E por quê? Porque, com isso, estamos reafirmando a pluralidade do nosso projeto editorial e, ao mesmo tempo, mantendo a nossa coerência epistemológica, ética e ideológica, iniciada em editoriais de outras edições, nos quais anunciávamos as destruições do capitalismo em todo o planeta (trabalho, coletividade, meio ambiente/aquecimento global, infância, juventude e velhice).

Na esteira desse pensamento, reconhecemos que o capital destrói, polui, agride e mercantiliza a vida, *explora* o meio ambiente e a atmosfera, ameaçando, assim, a so-

brevivência do planeta. Todo esse processo se verifica à medida em que o *meio ambiente*, como *natureza espetáculo*, substitui a *natureza histórica*, lugar de trabalho de todos os homens. Desta forma, se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral (Santos, 1994: 23-24).⁵ Também no capitalismo menos desenvolvido, polui, agride as terras, distribuindo miséria, pobreza, doenças. Assim, promove uma enorme devastação sócio-ambiental, e, ao invés de distribuir de forma equitativa a renda, concentra e acumula riqueza numa corrida para o lucro sem limites. Isto posto, não seria exagero dizer que *o capitalismo suja o mundo*⁶. E isso pode ser exemplificado com as guerras e, em especial, com a invasão no Iraque, em que a gana ensandecida imperialista do governo Bush por petróleo matou e vem matando milhares de civis, incluindo crianças, jovens e velhos indefesos, além de arrasar o patrimônio ecológico e o patrimônio cultural como os museus, sítios arqueológicos e outros.

Como frisamos anteriormente, a crise ambiental já instalada planetariamente é tão inerente e

devida ao modo devastador como o capitalismo se permite explorar os recursos naturais e humanos que a melhor solução por ele encontrada para tentar reduzir as consequências nefastas da sua ação sem controle saiu do interior da mesma lógica caolha e injusta ao desenvolvimento e soberania dos povos do hemisfério sul: o *mercado mundial de carbonos*. Principal peça de resistência do alardeado Protocolo de Kioto, no qual as nações do mundo se comprometeram a reduzir drasticamente a emissão de carbonos na próxima década, é exemplo de como a crença no mercado, este mesmo mercado entronizado pelo capitalismo e fulcro de toda a depauperação da natureza, continua sendo equivocadamente tomada como solução e não como problema. Ao instituir este *mercado mundial*, por meio do qual países mais poluentes poderão reduzir sua dívida com o Protocolo, “comprando” sobras de carbono de países menos poluidores, o capitalismo deixa transparecer mais uma estratégia de consequência duplamente perversa: por um lado, permite que as nações do capitalismo central continuem produzindo e lucrando (e poluindo) com a industri-

alização das matérias primas adquiridas a preços escorchantes dos países subdesenvolvidos, em detrimento do desenvolvimento industrial destes, financiados que são para produzir gêneros primários a baixo custo; por outro, ao se darem o direito de escolher *onde* comprar os excedentes de carbono no mercado mundial, reforçam suas políticas estratégicas de barganha e controle econômico sobre os países menos poluidores, não por coincidência aqueles de economias mais dependentes dos organismos internacionais e dos projetos de financiamento dos países ricos, o que resulta em menor autonomia e soberania para definirem seus destinos e formas de desenvolvimento.

Entendemos ainda que, ao tratarmos do meio ambiente, não podemos esquecer da agenda política que se nos avizinha: implementação da ALCA! Nesta perspectiva, lembramos que a questão ambiental não pode ser tratada isoladamente, mas sim, incluindo os amplos impactos sociais, econômicos e culturais consequentes de acordos de livre comércio com suas atividades comerciais e financeiras internacionais. Assim, devemos

abordá-la em seu sentido mais amplo, portanto, tendo como pressuposto questionar o modelo de desenvolvimento, economia, homem e sociedade.

Nas palavras de Scheesinger (2001:213-214)⁷:

o meio ambiente é tema de importância vital, e, como sabemos, as grandes ameaças com que hoje nos defrontamos se devem aos impactos decorrentes dos padrões econômicos e sociais adotados para a sua exploração, em especial aqueles que dizem respeito à produção e ao consumo. O comércio e as finanças internacionais são justamente os instrumentos por meio dos quais se interligam a produção e o consumo.

Essas e muitas outras espertezas e armadilhas do capitalismo relacionadas ao ambiente são apontadas e refletidas nos diversos textos que compõem a Seção de **Artigos** deste número da Motrivivência. Por exemplo, **Ouriques** nos mostra, a partir de uma crítica marxista, os limites do pensamento ecológico, que parece desconhecer que suas elaborações teórico-conceituais

e metodológicas não alcançam o cerne da crise ambiental, que é o próprio modo de produção capitalista. Este tema é recorrente no artigo de **Coggiola**, que apresenta a possibilidade de o referencial analítico marxista servir de base para a educação humana integral e conseqüente reconstrução do modelo de enfrentamento ecológico aos prejuízos trazidos pelo capitalismo. A partir de referenciais orientados na afetividade humana, mas também na linha da educação voltada para o ambiente, **Marinho** nos mostra que as atividades de lazer na natureza podem atuar na sensibilização para o problema e na definição de uma responsabilidade ambiental individual e coletiva. Também interessado em possibilidades de socialização e subjetivação, **Vilaverde Monteiro** indica que práticas de aventura e risco na natureza, como o montanhismo, podem representar vivências concretas de novas relações consigo mesmo, com o outro e com o ambiente. A partir de uma reflexão filosófico-hermenêutica, **Cardoso** trás uma ampliação da compreensão do "se-movimentar", investigando outros tempos e lugares em que se dá a experiência humana da sua corporeidade. Num recorte mais

aplicado, **Nunes, Westarb e Silva** mostram as incoerências entre a necessidade de respeito ao ambiente como bem social e a vontade e a força de grupos econômicos poderosos em explorá-lo, no caso, sob a forma de um campo de golfe sobre reserva aquífera no norte da Ilha de Santa Catarina.

No **Ponto de Vista**, a provocação da editoria foi no sentido de refletir se a apologia dos esportes e lazer na natureza tem mesmo uma perspectiva ecológica ou seria apenas um discurso politicamente correto. Neste sentido, **Leite e Caetano** denunciam as abordagens neopositivistas da área, dissociadas de uma verdadeira educação ambiental, sustentando que a natureza não pode ser vista como uma realidade externa ao homem. Enquanto isso, **Pires e Phillipi** refletem sobre a questão tomando como referência o chamado ecoturismo, visto como possibilidade para o despertar de consciências sobre a importância da preservação das condições naturais, ao mesmo tempo em que apontam a necessidade da definição de políticas para o seu desenvolvimento sustentado, a fim de impedir impactos sociais, ambientais, culturais e econômicos nas populações locais.

Arenhardt, em **Cientifique-se**, aborda também a questão

ambiental ainda que de forma indireta. Ao estudar a produção da condição infantil pela educação no MST, enfoca a luta pela terra como uma verdadeira pedagogia para a preservação da natureza e o desenvolvimento sustentado como bem social a ser buscado. Na perspectiva da construção coletiva da cultura lúdica, **Ker de Melo** fala de oficinas de produção de brinquedos com jornal na formação de educadores em **Experimentando**, em que também aborda questões ecológicas como a reciclagem e o reaproveitamento de resíduos.

O **Grupo de Educação Física/UFSC do Programa de Educação Tutorial (PET)** ocupa o espaço de **Grupos de Estudos** para relatar um pouco das suas ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da graduação, com experiências de formação acadêmica que completam 10 anos em 2005.

Em **Porta Aberta**, o tema ecológico retorna para fechar este número e abrir novas possibilidades de reflexão. **Chao** sugere o lazer como ambiente para a vivência de práticas educativas transformadoras, que podem concorrer para a sensibilização a respeito da questão ambiental.

Como não poderia deixar de ser, nossa homenagem deste número celebra dois mártires da causa

ambiental não dissociada da luta pela justiça social. O sempre lembrado **Chico Mendes**, líder da luta ecológica e social dos seringueiros da Amazônia, e a missionária norte-americana **Dorothy Stang**, que também enfrentou interesses poderosos nos rincões do Norte do país, onde

imperava a lei da força e não a força da lei. Não por acaso, ambos foram covardemente assassinados pela mão criminosa do capitalismo, que se personifica em grileiros, fazendeiros desonestos e matadores de aluguel.

Florianópolis, Outono de 2005
Os Editores